

# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## RIGER – RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

### SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)





**RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)  
SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)**

**ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.**

**Ano: 2024**  
**Setorial / 1º Semestre**

<b>DADOS REFERENCIAIS DA UNIDADE EMISSORA DO RIGER</b>	
<b>DENOMINAÇÃO:</b>	<b>SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS - SGPCF</b>
<b>ESTRUTURA:</b>	<a href="https://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/secretarias-gerais/sgpcf">https://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/secretarias-gerais/sgpcf</a>
<b>E-MAIL:</b>	<a href="mailto:sgpcf.gbpcf@tjrj.jus.br">sgpcf.gbpcf@tjrj.jus.br</a>



**RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)  
SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)**

**ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.**

## Sumário

<b>1. Demonstrativos da Gestão Fiscal do Tribunal de Justiça.....</b>	<b>4</b>
1.1 - Execução Orçamentária do Fundo Especial do Tribunal de Justiça - FETJ. ....	4
1.1.2 – Receita.....	4
1.1.2.1 - UG 036100 – Fundo Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – FR 1.760.232	4
1.1.2.2 - UG 036100 – Fundo Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – FR 1.501.230	4
1.1.3 – Despesa.....	5
1.1.3.1 – UG 036100 - Fundo Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – FR 1.760.232	5
1.1.3.2 - UG 036100 – Fundo Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – FR 1.501.230	5
1.2 – Controle da Despesa Total com Pessoal.....	6
1.3 – Gastos com Benefícios.....	7
1.4 – Ações de Economicidade.....	7
<b>2 – Principais Receitas do FETJ.....</b>	<b>9</b>
<b>3 – Plano de Ação Governamental – PAG.....</b>	<b>9</b>
<b>4 - Centro de Custos.....</b>	<b>11</b>
4.1 - Custo por Exercício.....	11
4.2 – Custo por Processo.....	12
4.3 – Custo por Instância.....	12
4.4 – Custo Administrativo.....	13
<b>5. Cobrança Administrativa.....</b>	<b>14</b>
<b>6. Políticas Institucionais.....</b>	<b>14</b>
<b>7. Racionalização da Prestação Jurisdicional.....</b>	<b>15</b>
<b>8. Ações Coordenadas.....</b>	<b>16</b>
<b>9. Planilhas de Indicadores – Estratégicos, Gerenciais e Operacionais.....</b>	<b>17</b>



**RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)**  
**SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)**

**ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.**

## 1. Demonstrativos da Gestão Fiscal do Tribunal de Justiça.

### 1.1 - Execução Orçamentária do Fundo Especial do Tribunal de Justiça - FETJ.

#### 1.1.2 – Receita.

##### 1.1.2.1 - UG 036100 – Fundo Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – FR 1.760.232

###### Tabela – Receitas

Período	2023		2024	
	Previsão	Realizada	Previsão	Realizada
Correntes	1.326.133.000,00	1.920.585.904,13	1.733.031.000,00	972.428.173,52
Capital	0,00	771.000,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.326.133.000,00</b>	<b>1.921.356.904,13</b>	<b>1.733.031.000,00</b>	<b>972.428.173,52</b>

Nota: período de referência 2023 (jan. a dez.) e 2024 (jan. a junho).

##### 1.1.2.2 - UG 036100 – Fundo Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – FR 1.501.230

###### Tabela – Receitas

Período	2023		2024	
	Previsão	Realizada	Previsão	Realizada
Correntes	0,00 *	245.206.139,53	1.071.699.000,00	453.720.708,18
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>245.206.139,53</b>	<b>1.071.699.000,00</b>	<b>453.720.708,18</b>

\* Nota: A FR 1.501.230 ingressou no orçamento da UG 036100 somente a partir de dezembro/2023, com o advento da Lei Estadual nº 10.125/2023, razão pela qual não houve previsão orçamentária para o exercício de 2023.

**ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.**

### 1.1.3 – Despesa

#### 1.1.3.1 – UG 036100 - Fundo Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – FR 1.760.232

Tabela - Fonte 1.760.232

FR	Destinação	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
1.760.232	Custeio	1.386.425.000,00	1.386.425.000,00	798.354.297,28	451.962.378,56
	Investimento	346.106.000,00	346.606.000,00	66.141.731,28	31.342.972,44
	Inversão	500.000,00	500.000,00	-	-
	<b>Total</b>	<b>1.733.031.000,00</b>	<b>1.733.531.000,00</b>	<b>864.496.028,56</b>	<b>483.305.351,00</b>

Fonte: SIAFE-RIO / 2024- Fonte de Recursos - FR 1.760.232 Recursos próprios provenientes de Tributos

#### 1.1.3.2 - UG 036100 – Fundo Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – FR 1.501.230

Tabela - Fonte 1.501.230

FR	Destinação	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
1.501.230	Custeio	1.071.699.000,00	1.071.699.000,00	603.285.708,92	410.459.852,57
	Investimento	-	-	-	-
	Inversão	-	-	-	-
	<b>Total</b>	<b>1.071.699.000,00</b>	<b>1.071.699.000,00</b>	<b>603.285.708,92</b>	<b>410.459.852,57</b>

Fonte: SIAFE-RIO / 2024 - Fonte de Recursos - FR 1.501.230 Recursos próprios provenientes do Contrato pela Administração dos recursos relativos aos Depósitos Judiciais.

**ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.**

## 1.2 – Controle da Despesa Total com Pessoal

Período	(a) Receita Corrente Líquida Acumulada – R\$	(b) Despesa Líquida com Pessoal – R\$		% de (b) em relação a (a)
1º Quadrimestre 2023	88.124.953.386,50	Inativos	238.542.877,78	4,30
		Ativos	3.554.834.002,01	
		Total	3.793.376.879,79	
2º Quadrimestre 2023	84.873.412.855,17	Inativos	391.758.769,40	4,93
		Ativos	3.788.392.341,56	
		Total	4.180.151.110,96	
3º Quadrimestre 2023	88.174.564.730,41	Inativos	-	4,45
		Ativos	3.921.943.702,58	
		Total	3.921.943.702,58	
1º Quadrimestre 2024	89.354.294.233,53	Inativos	-	4,58
		Ativos	4.094.344.251,28	
		Total	4.094.344.251,28	

**ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.**

### 1.3 – Gastos com Benefícios

Os gastos com benefícios são acompanhados pelas seguintes ações:

- Monitoramento e gestão contínua da despesa com benefícios pagos a magistrados e servidores, bem como da receita que financia os mesmos, objetivando a manutenção do equilíbrio financeiro da fonte de recursos correspondente;
- Monitoramento dos efeitos gerados pela tendência da Taxa Selic com as últimas baixas impostas pelo Comitê de Política Monetária e seus efeitos sobre a receita que financia o pagamento dos benefícios a Magistrados e Servidores.

### 1.4 – Ações de Economicidade

A análise de economicidade dos processos de aquisição de bens e contratação de serviços é uma atividade primordial e contínua que tem se mostrado efetiva na busca de uma melhor qualidade do gasto público aliada às boas práticas de gestão.

A busca da relação entre custo e benefício a ser observada na atividade pública resulta em aquisições e contratações mais econômicas, fruto da experiência construída na adoção de práticas cada vez mais eficazes sem comprometimento dos padrões de qualidade.

A atuação colaborativa com as unidades demandantes do PJERJ, para tratativas e/ou ajustes de metodologias, tem sido importante para um melhor planejamento das despesas.

Como destaque de economicidade, apresentamos no quadro abaixo a economia direta alcançada em decorrência de diligências realizadas em processos administrativos no primeiro semestre de 2024:

Tabela – Período: 01/01/2024 a 30/06/2024

Diligências			Redução/Economia	
Quantidade de processos diligenciados	Valor Agregado antes das diligências	Valor Agregado após as diligências	Valor	%
15	R\$ 665.278.294	R\$ 594.102.808	R\$ 71.175.486,60	10,70%

\* Diligências Concluídas

**ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.**

Em uma perspectiva histórica, é possível constatar, no gráfico a seguir, a relevância do resultado alcançado no primeiro semestre de 2024, no que diz respeito à economia citada no parágrafo anterior:

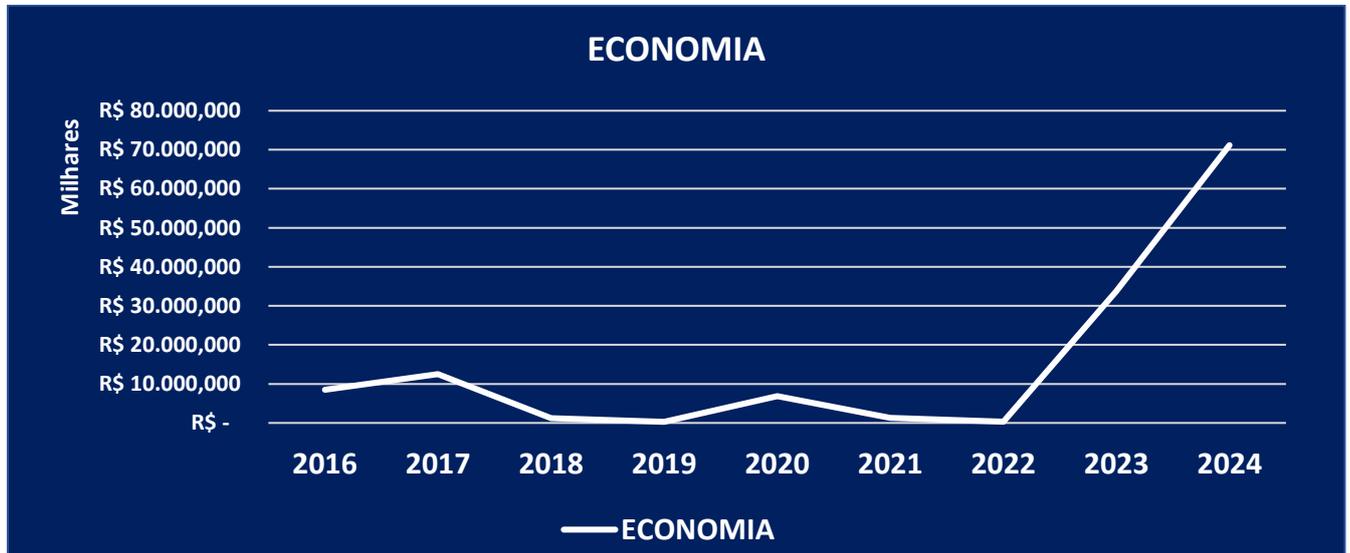


Tabela – Período: 01/01/2016 a 30/06/2024

Os valores acima referenciados expressam a economia direta, que é possível mensurar mediante levantamento dos resultados provenientes das diligências realizadas. Existe, ainda, a economia indireta, que não é possível mensurar de maneira objetiva, pois ela é fruto do aperfeiçoamento das práticas de gestão e já foi incorporada nas rotinas administrativas das unidades demandantes.

Cabe ressaltar que desde o início do processo de análise da economicidade, realizado por esta Secretaria-Geral em relação às aquisições e contratações do PJERJ, houve uma economia de R\$ 135.974.000 (cento e trinta e cinco milhões, novecentos e setenta e quatro mil reais), referente aos processos que retornaram das diligências.

Nas informações seguintes, é possível observar que a quantidade de processos submetidos à avaliação e economicidade vem crescendo ao longo dos anos e no primeiro semestre de 2024 mantém a tendência de crescimento, uma vez que apresenta o quantitativo de 287 processos, equivalente a 55.8% do quantitativo apresentado ao final de 2023.

Quantidade de Processos Recebidos para Análise da Economicidade	
Ano	Quantidade de Processos
1º semestre 2024	287

**ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.**

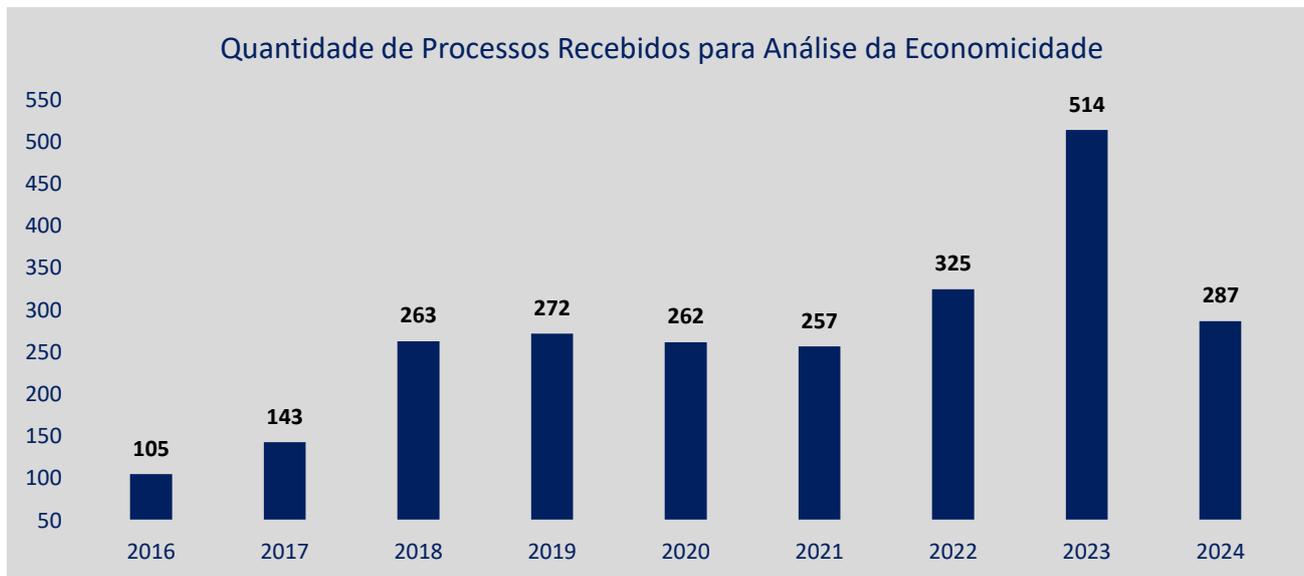


Tabela – Período: 01/01/2016 a 30/06/2024

## 2 – Principais Receitas do FETJ.

Arrecadação - 2024										
Mês	Custas/Outras Receitas da Fonte 232	Taxa Judiciária	Emolumentos/ Saldo de Prestação de Contas	20% Lei 3217/99	Mediação	Convênio da Dívida Ativa	Repasse FUNDPERJ	Repasse FUNPERJ	Repasse FUNARPEN	Total
Janeiro	19.283.082,69	47.278.815,39	13.183.702,07	28.630.162,38	40.136,62	6.985.003,29	329.356,08	329.322,56	383.903,93	116.443.485,01
Fevereiro	24.551.483,39	53.425.859,97	13.625.014,00	21.892.727,30	52.780,16	7.324.506,33	262.540,40	262.588,92	936.607,58	122.334.108,05
Março	27.586.375,92	59.011.188,40	13.875.968,80	25.788.727,11	60.858,88	9.788.513,59	314.607,22	314.412,00	406.861,94	137.147.513,86
Abril	28.965.188,49	59.390.527,38	13.564.119,11	27.318.285,93	60.549,18	10.211.075,44	328.971,83	328.787,23	492.572,96	140.660.077,55
Mai	28.753.052,61	63.653.957,19	15.932.262,76	28.894.717,18	60.879,04	7.680.969,96	340.695,10	340.541,17	225.093,06	145.882.168,07
Junho	28.337.725,79	59.692.595,15	16.987.061,04	27.235.407,20	59.100,20	8.850.824,39	323.043,74	322.994,27	792.555,51	142.601.307,29
<b>Semestral</b>	<b>157.476.908,89</b>	<b>342.452.943,48</b>	<b>87.168.127,78</b>	<b>159.760.027,10</b>	<b>334.304,08</b>	<b>50.840.893,00</b>	<b>1.899.214,37</b>	<b>1.898.646,15</b>	<b>3.237.594,97</b>	<b>805.068.659,82</b>

Fonte: Sistema de Arrecadação

## 3 – Plano de Ação Governamental – PAG

O Plano de Ação Governamental – PAG é o instrumento de planejamento do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que tem por finalidade a aplicação adequada dos recursos orçamentários e financeiros disponíveis, o contingenciamento das despesas fixadas quando o resultado da arrecadação for inferior ao previsto, a política da gestão de pessoal, a preservação e a conservação do patrimônio público.



## RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)

**ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.**

Contempla todos os projetos estratégicos do TJ e as ações operacionais que, por sua relevância e por estarem previstas no Plano Plurianual – PPA, têm prioridade sobre as demais, assegurando, assim, recursos orçamentários suficientes ao seu atendimento.

As despesas com custeio e investimentos são apresentadas em programas e projetos/ações operacionais que integram o Plano de Ação Governamental e são suportadas pelo FETJ, tendo sido considerados estimativamente os custos de cada um dos projetos com base nos dados fornecidos pelos órgãos que gerenciam e/ou os coordenam.

A Administração Superior poderá revisar o Plano de Ação Governamental (PAG), incluindo novos projetos, desde que adequadamente atendidos aqueles ainda em execução e contempladas as despesas de conservação, nos termos do art. 45 da LRF, através de relatórios de execução e acompanhamento do PAG, publicados quadrimestralmente, ao longo do biênio de sua execução.

O Plano de Ação Governamental – PAG para o biênio 2023-2024, aprovado pela Resolução OE nº 16/2023, totalizou o montante de R\$ 626.610.236,00 (seiscentos e vinte e seis milhões, seiscentos e dez mil e duzentos e trinta e seis reais), sendo constituído por 05 (cinco) Programas, a saber: Aprimoramento do Sistema dos Juizados Especiais, Racionalização da Prestação Jurisdicional, Gestão Corporativa da Tecnologia da Informação, Infraestrutura e Segurança das Edificações do Poder Judiciário e Desenvolvimento das Políticas Institucionais.

Até o presente momento, foram realizadas adequações no referido Plano de Ação, aprovadas através dos Atos Executivos nº 204/2023 (2º Quad./2023) e 43/2024 (3º Quad./2023), adequado o seu valor para R\$ 563.106.592,00 (quinhentos e sessenta e três milhões, cento e seis mil e quinhentos e noventa e dois reais). Do referido montante, R\$ 231.661.813,00 (duzentos e trinta e um milhões, seiscentos e sessenta e um mil e oitocentos e treze reais) já foram liquidados, representando, assim, 41,14% de execução.

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG Biênio 2023-2024					
PROGRAMAS PAG	PREVISTO	PREVISTO ADEQUADO	EXECUTADO	EXEC / PREV. INICIAL	EXEC / PREV. ADEQUADO
1 - Aprimoramento do Sistema dos Juizados Especiais	27.000.000	27.000.000	18.387.488	68,10%	68,10%
2 - Racionalização da Prestação Jurisdicional	48.035.000	45.300.000	18.524.538	38,56%	40,89%
3 - Gestão Corporativa da Tecnologia da Informação	263.347.884	226.769.208	84.381.291	32,04%	37,21%
4 - Infraestrutura e Segurança das Edificações do Poder Judiciário	262.312.721	211.950.823	98.877.840	37,69%	46,65%
5 - Desenvolvimento das Políticas Institucionais	25.914.631	52.086.561	11.490.655	44,34%	22,06%
<b>TOTAL</b>	<b>626.610.236</b>	<b>563.106.592</b>	<b>231.661.812</b>	<b>36,97%</b>	<b>41,14%</b>

Por fim, convém destacar que o presente instrumento de planejamento, encontra-se publicado no sítio eletrônico deste Tribunal de Justiça no seguinte endereço eletrônico:

<https://www.tjrj.jus.br/transparencia/plano-de-acao-governamental>.

## 4 - Centro de Custos

Centro de Custos é a unidade na qual se apuram os custos e é representada pela estrutura organizacional do Poder Judiciário do Rio de Janeiro, segmentada em unidades administrativas (Administrativo) e judiciárias (1ª e 2ª Instâncias). As informações de custos são apuradas pelo recém desenvolvido sistema GRP-Custos.

### 4.1 - Custo por Exercício

Trata -se da apuração dos custos do PJERJ, a saber, custeio (relacionado as aquisições e contratações de serviços para manutenção da infraestrutura operacional para prover a execução da atividade judiciária); depreciação (relativo aos bens móveis em razão da sua vida útil) e pessoal (custos relacionados à remuneração e benefícios do quadro de pessoal ativo, servidores e magistrados).

O crescimento dos custos de 2022 para 2023 foi em torno de 13%, sensibilizado por fatores como o aumento no custo com pessoal, decorrentes da implementação do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários em novembro de 2022, recomposição inflacionária dos salários dos magistrados e servidores, pagamento de indenização de férias e de licenças para magistrados e servidores, bem como, convocação de novos servidores, respeitado o limite da lei de responsabilidade fiscal. Influenciaram, também, os investimentos em tecnologia da informação, aumento nos contratos de terceirização, dentre outros, que sensibilizam o custo acumulado e, conseqüentemente, o resultado apurado. E em 2024, até o período apurado, houve um modesto crescimento, em torno de 1%, na média, comparado à média de 2023.

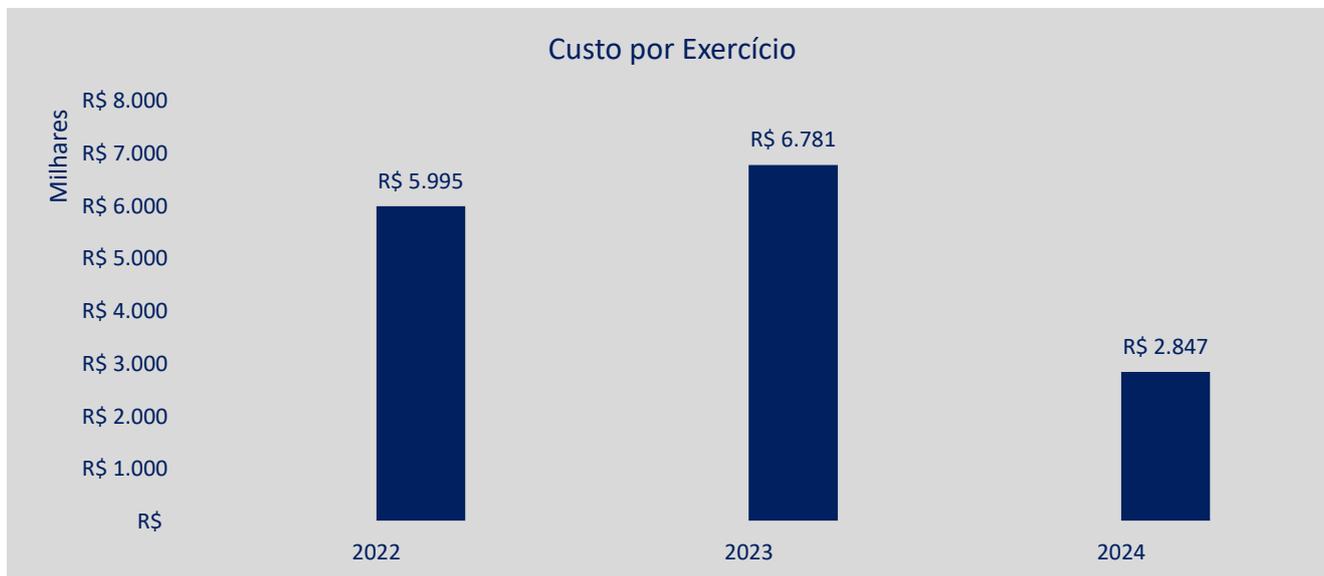


Tabela – Período: 01/01/2022 a 31/05/2024

**ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.**

## 4.2 – Custo por Processo

Trata-se do custo unitário do processo, sendo a apuração realizada no período de 12 meses para mitigar a sazonalidade da medição. O resultado está diretamente relacionado ao crescimento do custo e sensibilizado pelo melhor desempenho na baixa dos processos.

Período anterior x atual	dez/22 a nov/2023	jan/23 a dez/23	abr/23 a mar/24	mai/23 a abr/24	jun/23 a mai/24
Custo Acumulado	6.833.728.176,87	6.780.759.925,84	6.882.458.951,84	7.030.745.048,73	7.137.446.035,09
Processos Baixados Acumulado	2.699.565	2.707.641	2.721.327	2.872.943	2.859.365
Custo por Processo	2.531,42	2.504,31	2.529,08	2.447,23	2.496,16



Tabela – Período: 01/01/2022 a 31/05/2024

Em 2024, no período apurado, o custo por processo apresentou uma pequena redução em torno de 0,33% na comparação 2024 e 2023, em razão do aumento da base móvel de processos baixados ter sido superior à variação do custo acumulado. Dessa forma, a quantidade de processos baixados na apuração de 2023 para 2024 variou em 5,60%, o que sensibilizou a medida.

## 4.3 – Custo por Instância

Trata-se dos custos direcionados para atividade finalística, prestação jurisdicional. No quadro observa-se a maior expressividade da 1ª instância que é de fato mais volumosa e abrangente, representada pelo 1º grau, juizados e turmas recursais, distribuídos em suas 81 comarcas. Já a 2ª instância é mais especializada por exercer a atividade recursal advinda de todo Estado do Rio de Janeiro, ainda que menor em valor nominal seu

**ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.**

custo é significativo pois proporcionalmente recebe menos processos, entretanto, os que tramitam são mais complexos e requer experiência técnica e profissional.

#### 4.3.1 – 1ª Instância

Os custos da 1ª Instância apresentaram crescimento de 18%, de 2022 para 2023, também em razão da política de valorização do servidor com aumento dos cargos judiciais dos gabinetes, bem como as demais implementações como novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários, reajuste dos magistrados e servidores, pagamento de indenização de férias e de licenças para magistrados e servidores e convocação de novos servidores. Agregado a ser o segmento que possui maior número de servidores e magistrados alocados na atividade, em torno de 73% do total do quadro.

#### 4.3.2 – 2ª Instância

A 2ª Instância, de 2022 para 2023, também apresentou crescimento de 10,67%, sensibilizada pelos mesmos fatores que se estendem a todo quadro de pessoal, além da estrutura de apoio às atividades realizada pela Secretaria-Geral Judiciária ter aumentado no período.

Em 2024, até o período apurado, houve um modesto crescimento, em torno de 0,11% (1ª instância) e redução de 5,30% (2ª instância), na média, comparado à média de 2023.



Tabela – Período: 01/01/2022 a 31/05/2024

### 4.4 – Custo Administrativo

Trata-se dos custos das Secretarias-Gerais, Presidência, Corregedoria e EMERJ que dão suporte à execução da atividade jurisdicional provendo as necessidades para o melhor desempenho da atividade jurisdicional.

Os custos da área administrativa apresentaram redução em torno de 7,4% influenciado pela reestruturação organizacional realizada em 2023, inclusive quanto ao quantitativo de servidores alocados no segmento. Para

**ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.**

2024, no período apurado, observa-se um crescimento na média de 12% comparado à 2023, também sensibilizado pelas novas ações de reestruturação organizacional e um aumento de servidores alocados na área administrativa.

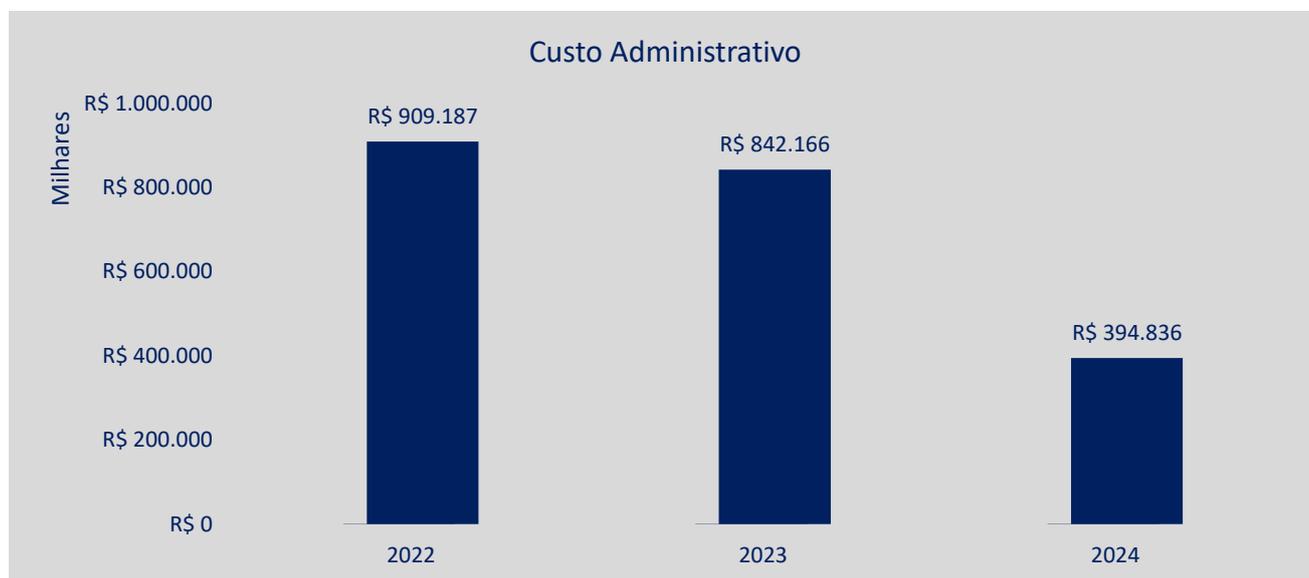


Tabela – Período: 01/01/2022 a 31/05/2024

## 5. Cobrança Administrativa

Tabela - Receita

Valores Recebidos Através de Cobrança Administrativa			
	2023	2024	Variação %
<b>Arrecadação - Judicial</b>	13.814.217,70	26.523.415,89	92,00%
<b>Arrecadação - Extrajudicial</b>	1.697.615,75	3.235.038,73	90,56%
<b>Total</b>	15.511.833,45	29.758.454,62	91,84%

Fonte: Sistema de Arrecadação - DEGAR - Fonte de Recursos - FR 1.760.232 Recursos próprios provenientes de Tributos

Nota: a variação percentual registrada é resultado de ação planejada, com vistas à redução do acervo da cobrança administrativa.

## 6. Políticas Institucionais

A implementação da contratação da instituição financeira responsável pela folha de pagamento e pelo pagamento de fornecedores do Tribunal da Justiça do Estado do Rio de Janeiro foi efetivada com o Banco Bradesco.

**ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.**

Nos próximos cinco anos, o Bradesco continuará encarregado do pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas. A instituição financeira também ficará responsável pelo pagamento de fornecedores, além de outras transações bancárias.

O Bradesco ofertou a melhor proposta, no valor de 129 milhões e 300 mil reais a serem pagos em 05 (cinco) parcelas anuais, devidamente atualizadas pelo IPCA, por meio de depósito ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, cerca de R\$ 25 milhões e 860 mil reais por ano. O incremento de receita é um tópico relevante para este Tribunal de Justiça que busca otimizar seus resultados financeiros.

A novidade é a modalidade de arrecadação pelo PIX. O pagamento instantâneo permitirá mais agilidade, principalmente na quitação das guias de custas judiciais, expandindo e facilitando o acesso ao serviço oferecido à sociedade.

## 7. Racionalização da Prestação Jurisdicional

---

A Racionalização da Prestação Jurisdicional tem por finalidade a promoção da celeridade processual e a efetividade da prestação jurisdicional através de projetos que contribuam para sua melhoria, garantindo às partes medidas protetivas, quando for o caso, e de procedimentos que auxiliem o incremento da celeridade processual.

No tocante ao Orçamento disponibilizado em 2024, foram alocados R\$ 42.200.000,00 (quarenta e dois milhões e duzentos mil reais) que serão ao longo do ano utilizados nos diversos segmentos da prestação jurisdicional, tais como na implementação de ações, campanhas, eventos e programas de promoção da cidadania, no atendimento aos jurisdicionados da Justiça Itinerante, nas despesas com laudos periciais judiciais e genéticos (DNA), na prestação de assistência na obtenção de acordos realizados pelos mediadores, nos projetos de sentença proferidos pelos juízes leigos nos juizados especiais, no serviço de tradutores juramentados e interpretes de libras e nos convênios visando dar celeridade nos processos de dívida ativa.

Do total disponibilizado, foram liquidados R\$ 11.292.684,79 (onze milhões, duzentos e noventa e dois mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e setenta e nove centavos), neste primeiro semestre, representando, assim, 26,76% de execução.

Ressalte-se que todas as demandas que tenham por objetivo a Racionalização da Prestação Jurisdicional estão incluídas no Plano Plurianual – PPA 2024/2027 e no Plano de Ação Governamental – PAG – Biênio 2023/2024.

## 8. Ações Coordenadas

---

Dentre as ações destacamos:

- Proposta de alteração da Lei do Fundo Especial do Tribunal de Justiça, com vistas a integrar as receitas provenientes da remuneração paga por instituição financeira para administração dos depósitos judiciais;
- Reestruturação da Secretaria a fim de bem atender às crescentes demandas técnicas, com a transformação da antiga Assessoria Técnica (ASTECH) em duas novas assessorias: (i) Assessoria de Projeções, Análises e Pareceres Econômico-Financeiros (ASPEF) e (ii) Assessoria de Economicidade e Acompanhamento de Custos (ASEAC). Ressalte-se que as novas Assessorias cuidam de assuntos estratégicos para o PJERJ, como: (i) matérias relacionadas à gestão fiscal responsável dos recursos orçamentários e financeiros, colocados à disposição do PJERJ; (ii) proposições de soluções econômicas, com o intuito de viabilizar iniciativas legislativas que importem na valorização de magistrados e servidores; (iii) demandas atinentes ao Regime de Recuperação Fiscal e ao monitoramento do cenário econômico do país, em especial, o Estado do Rio de Janeiro com seus possíveis reflexos para o PJERJ;
- Projeto Estratégico de Modernização da Gestão Fiscal com novas funcionalidades no Sistema do GRP, como: (i) módulo de Economicidade/Serviços para análise do orçamento; (ii) módulo de PGP, com a possibilidade de acompanhamento mensal da execução físico financeira dos projetos estratégicos; (iii) módulo de elaboração do orçamento para 2025, em atendimento a Resolução CNJ nº 195; (iv) módulo PPA; (v) módulo PAG;
- Estudos de impacto orçamentário e financeiro para as seguintes finalidades: (i) conversão em pecúnia do saldo de até 60 (sessenta) dias de Férias e/ou Licença Prêmio; (ii) recomposição inflacionária do valor mensal pago a título de Gratificação de Locomoção dos Analistas Judiciários com especialidade execução de mandados (OJAs); (iii) convocação e nomeação de servidores para cadastro de reserva; (iv) nomeação e posse de 25 Juízes aprovados no XLIX Concurso para Ingresso na Magistratura.



# RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)

**ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.**

## 9. Planilhas de Indicadores – Estratégicos, Gerenciais e Operacionais

### 9.1 – Indicador Estratégico

		PLANILHA DE INDICADORES							
		<b>IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.</b>							
UNIDADE ORGANIZACIONAL	SGPCF/ASPLO	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO	X	INDICADOR DE PROJETO		INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO		INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE	
TEMA	ORÇAMENTO E FINANÇAS			OBJETIVO ESTRATÉGICO	APRIMORAMENTO DA GOVERNANÇA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DO PJERJ				
INDICADOR	ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ESTRATÉGICO			PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE					
FINALIDADE	ACOMPANHAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO PAG						CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO	Acumulado	
PERIODICIDADE	Trimestral	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO	x	INDICADOR DE DESEMPENHO		INDICADOR DE EFICIÊNCIA		INDICADOR DE EFETIVIDADE	
FÓRMULA	(Valor executado das ações governamentais) / (Valor total anual disponibilizado)						SENTIDO DE MELHORIA	MM	
META	Executar 80% das ações estratégicas previstas no PAG para cada ano de sua vigência				ORIGEM DOS DADOS	Plano de Ação Governamental - PAG Biênio 2023/2024	UNIDADE DE MEDIDA	Percentual	
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	2024	1º Trimestre/24	2º Trimestre/24	3º Trimestre/24	4º Trimestre/24	Resultado no Per.			
		5,51%	12,67%	-	-	12,67%			
RESULTADOS NO PERÍODO									
LINHA DE BASE (2023)	51,08%								
RESULTADO ATUAL	12,67%								
META	80,00%								
ANÁLISE CRÍTICA	Admitindo-se como parâmetro um percentual de execução de 20% para cada trimestre, bem como um desvio de 5 p.p. para mais ou para menos, o nível de execução ao final desse 2º trimestre deveria se situar entre 20% a 40%. Através dos dados apurados em 09 de julho de 2024, com faturamentos atualizados, na sua grande maioria, até o mês de maio de 2024, depreende-se que o valor total liquidado atingiu o percentual de 12,67% do valor total da dotação prevista para os projetos estratégicos/ações operacionais, não se alcançando, assim, a meta estabelecida de 40%. Ressalta-se que a referida execução é sobremaneira influenciada pela execução da Ação Operacional "Atualização do Parque Tecnológico (continuidade)", a qual representa 34,21% do valor total previsto adequado do PAG 2023/2024, em 2024, e apresentou execução de 0,53% em relação ao valor previsto, este influenciado sobremaneira pela inexecução do valor total previsto adequado das ações de Aquisição de Microcomputadores e de Notebooks, de Scanners, de Servidores, de Switches e de Solução de Processamento e Armazenamento de Dados; bem como pela execução abaixo da previsão da obra de Construção de Prédios para o Núcleo de Atendimento Integrado - NAI, Vara da Infância e da Juventude - VIJ, Vara de Execução de Medidas Socioeducativas - VEMSE e do Departamento de Transportes - DETRA. Cabe destacar que a dotação inicial dos projetos estratégicos/ações operacionais era de R\$ 215.144.910,00 sendo adequada ao longo do exercício para R\$ 372.748.323,00, representando, assim, um acréscimo de 73,25% tendo em vista a atualização nos Planos de Gerenciamento de Projetos - PGP's dos Projetos Estratégicos, bem como da previsão de execução das ações operacionais. A citada adequação dos projetos estratégicos/ações operacionais está em processo de aprovação pelo Exmo. Presidente Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo. Obs: Valores liquidados extraídos do SIAFE-RJ - posição 09/07/2024.								
AÇÕES GERENCIAIS	Os projetos estratégicos/ações operacionais que apresentaram percentuais incompatíveis para o período, continuam a ser observados detidamente por parte da SGPCF-ASPLO.								
Responsável pela emissão do relatório:	Leonardo Pacheco Böhme - 10577131			Responsável (aprovação e divulgação):	Leonardo Pacheco Böhme - 10577131			Data:	09/07/2024



# RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)

**ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.**

## 9.2 – Indicadores Gerenciais

PLANILHA DE INDICADORES															
IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.															
UNIDADE ORGANIZACIONAL	SGPCF/ASPEF	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO				INDICADOR DE PROJETO			INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO			INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE			
TEMA	Orçamento e Finanças				OBJETIVO ESTRATÉGICO			Aprimoramento da governança financeira e orçamentária do PJERJ							
INDICADOR	Índice de Comprometimento da Receita Própria com Despesas de Custeio				PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE										
FINALIDADE	Acompanhar o comprometimento das receitas com as despesas de custeio das fontes 1.501.230 e 1.760.232										CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO	Acumulado			
PERIODICIDADE	Quadrimestral	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO			x	INDICADOR DE DESEMPENHO			INDICADOR DE EFICIÊNCIA			INDICADOR DE EFETIVIDADE			
FÓRMULA	[(Despesa Liquidada com Custeio no Exercício) (últimos doze meses)]/[Receita Própria Realizada no Exercício] (últimos doze meses)]x100										SENTIDO DE MELHORIA	mM			
META	<80%						ORIGEM DOS DADOS			SIAFE - Rio	UNIDADE DE MEDIDA	Porcentagem			
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	Período	1º Quadrimestre (mai/2022 a abr/2023)			2º Quadrimestre (set/2022 a ago/2023)			3º Quadrimestre (jan/2023 a dez/2023)			1º Quadrimestre (mai/2023 a abr/2024)				
	Dados	Custeio - R\$	Receita - R\$	Comprometimento - %	Custeio - R\$	Receita - R\$	Comprometimento - %	Custeio - R\$	Receita - R\$	Comprometimento - %	Custeio - R\$	Receita - R\$	Comprometimento - %		
		1.618.502.032,63	2.734.337.814,57	59,19%	1.689.471.096,29	2.849.131.990,29	59,30%	1.770.794.154,62	2.883.379.807,50	61,41%	1.820.853.303,29	2.831.993.059,19	64,30%		
RESULTADOS NO PERÍODO															
LINHA DE BASE	61,41%														
RESULTADO ATUAL	64,30%														
META	<80%														
ANÁLISE CRÍTICA	<p>As despesas de custeio realizadas com os recursos das Fontes 1.501.230 e 1.760.232 apresentaram aumento no 1º quadrimestre de 2024 em relação aos 3 quadrimestres de 2023. Já a receita apresentou uma redução no 1º quadrimestre de 2024, o que pode requerer atenção. Isso se deve, principalmente, ao reflexo sobre a Fonte 1.501.230, decorrente do impacto da redução da Taxa Selic, a qual está diretamente relacionada ao repasse dos depósitos judiciais.</p> <p>Ao analisar o período completo é possível observar uma elevação do índice de comprometimento da receita, muito embora esse ainda se encontra abaixo do limite estabelecido pela meta. Dessa forma, com a tendência de elevação apresentada no gráfico acima, é necessária um acompanhamento</p>														
AÇÕES GERENCIAIS	<p>Dessa forma, com a tendência de elevação do índice apresentada no gráfico acima, torna-se fundamental que se mantenha o monitoramento das despesas de custeio e suas variáveis, por se tratar de uma despesa contínua, inclusive quanto ao planejamento da despesa e a economicidade, principalmente nos quadrimestres imediatamente subsequentes ao último ora evidenciado, e, caso a despesa de custeio siga em evolução, sem a devida correspondência na Receitas, tal fato poderá requerer ações gerenciais no sentido de contingenciamento de despesas com novos contratos, acréscimos e aquisições.</p>														
Responsável pela emissão do relatório:		Patrícia Roberta P. dos Santos e Raquel A. Lessa de Noronha				Responsável (aprovação e divulgação):				Edilson da Silva Bastos				Data:	16/07/2024



# RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)

## SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)

**ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.**

PLANILHA DE INDICADORES																
IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.																
UNIDADE ORGANIZACIONAL	SGPCF/ASPEF		INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO				INDICADOR DE PROJETO				INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO		INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE			
TEMA	Índice de gastos com pessoal				OBJETIVO ESTRATÉGICO				Monitorar a despesa com pessoal do PJERJ.							
INDICADOR	Indicador de Despesa de Pessoal				PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE											
FINALIDADE	Monitorar a despesa de pessoal do PJERJ em relação a receita corrente líquida (RCL) do Estado do Rio de Janeiro para que não ultrapasse o limite prudencial de 5,7%.										CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO		Acumulado			
PERIODICIDADE	Quadrimestral		INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO		X		INDICADOR DE DESEMPENHO		INDICADOR DE EFICIÊNCIA		INDICADOR DE EFETIVIDADE					
FÓRMULA	(DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (últimos doze meses)/ RECEITA LÍQUIDA CORRENTE DO ESTADO (últimos doze meses)) x 100												SENTIDO DE MELHORIA		mM	
META	< 5,7% Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal)										ORIGEM DOS DADOS		UNIDADE DE MEDIDA		R\$	
Execução do indicador até o segundo quadrimestre de 2023	2022	1º quadrimestre/22				2º quadrimestre/22				3º quadrimestre/22				Resultado no Per.		
		DESPESA LIQ. ATIVOS	DESPESA LIQ. INATIVOS	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	%	DESPESA LIQ. ATIVOS	DESPESA LIQ. INATIVOS	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	%	DESPESA LIQ. ATIVOS	DESPESA LIQ. INATIVOS	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	%	%	%	
	R\$ 2.898.219.787	R\$ 435.174.231	R\$ 91.067.422.329	3,66	R\$ 3.106.455.625	R\$ 327.978.083	R\$ 89.303.759.557	3,85	R\$ 3.345.649.737	R\$ 290.256.161	R\$ 89.631.905.200	4,06	4,06			
	2023	1º quadrimestre/23				2º quadrimestre/23				3º quadrimestre/23				Resultado no Per.		
		DESPESA LIQ. ATIVOS	DESPESA LIQ. INATIVOS	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	%	DESPESA LIQ. ATIVOS	DESPESA LIQ. INATIVOS	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	%	DESPESA LIQ. ATIVOS	DESPESA LIQ. INATIVOS	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	%	%	%	
	R\$ 3.554.834.002	R\$ 238.542.878	R\$ 88.124.953.387	4,30	R\$ 3.788.392.342	R\$ 391.758.769	R\$ 84.873.412.855	4,93	R\$ 3.921.943.703	R\$ -	R\$ 88.174.564.730	4,45	4,45			
	2024	1º quadrimestre/24				2º quadrimestre/24				3º quadrimestre/24				Resultado no Per.		
		DESPESA LIQ. ATIVOS	DESPESA LIQ. INATIVOS	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	%	DESPESA LIQ. ATIVOS	DESPESA LIQ. INATIVOS	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	%	DESPESA LIQ. ATIVOS	DESPESA LIQ. INATIVOS	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	%	%	%	
	R\$ 4.094.344.251	R\$ -	R\$ 89.354.294.234	4,58									#DIV/0!	4,58		
	RESULTADOS NO PERÍODO (%)		6,00%												Meta	
	LINHA DE BASE	4,45	5,00%												5,00%	
	RESULTADO ATUAL	4,58	4,00%												4,00%	
META	< 5,7	0,00%												0,00%		
														EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO RESULTADO PROJETADO (%)		
														6,00		
														5,00		
														4,00		
														3,00		
														2º quadrimestre/22		
														3º quadrimestre/22		
														1º quadrimestre/23		
														2º quadrimestre/23		
														3º quadrimestre/23		
														1º quadrimestre/24		
														3,85		
														4,06		
														4,30		
														4,93		
														4,45		
														4,58		
ANÁLISE CRÍTICA	A Despesa Líquida com Pessoal Ativo e Inativo do PJERJ vem apresentando uma elevação em função de alguns fatores, tais como: o reajuste praticado no subsídio dos Magistrados, conforme Lei Federal 14.520, de 09 de janeiro de 2023, que fixa o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal; a recomposição inflacionária na remuneração dos Servidores, conforme Lei Estadual nº 9436, de 14 de outubro de 2021 e, em Jan/2023, pelo IPCA acumulado do exercício de 2022; a recomposição inflacionária do valor mensal pago a título de Gratificação de Locomoção dos Analistas Judiciários com especialidade execução de mandados (OJAs), conforme decisão precidencial proferida no processo SEI nº 2024-06001571; Além disso, outras medidas adotadas resultaram no aumento na despesa, a exemplo das novas nomeações, tanto em 2023 quanto em 2024, de servidores aprovados no último concurso público, bem como a incorporação na folha de pagamentos do Novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos servidores, conforme Lei Estadual nº 9.748, de 29 de junho de 2022.															
ANÁLISE CRÍTICA	Cabe frisar que no período compreendido entre o Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2021 e o do 2º quadrimestre de 2023 houve aumento significativo na despesa pois foi incluída a Despesa com Pessoal Inativo e Pensionistas não compensada com recursos vinculados. A partir do 3º quadrimestre de 2023, em atendimento ao Acórdão TCE nº 036236/2023, que permitiu que os recursos da Fonte 104 (compensação financeira pela exploração do petróleo) fossem considerados no cálculo dos valores de inativos com recursos vinculados, e à Lei Estadual nº 192/2021, verificou-se redução percentual da despesa com pessoal. Já no que tange à Receita Corrente Líquida, esta apresentou oscilações ao longo do período em análise, fruto das mais diversas variáveis que a sensibilizam, com destaque para os efeitos provocados pela pandemia da COVID-19 e ainda não superados. No período em tela, verifica-se entre o 1º quadrimestre de 2022 e o 2º quadrimestre de 2023 uma intensa redução nas receitas advindas de Royalties do Petróleo, decorrente da queda do preço internacional do barril do petróleo (Brent). Além desse fato, houve, também, perdas na arrecadação do ICMS em decorrência de alterações legislativas em âmbito nacional que estipularam alíquotas reduzidas em determinados itens de consumo, com destaque para os combustíveis. Porém, verifica-se uma recuperação de forma geral da Receita Corrente Líquida a partir do 2º quadrimestre de 2023.															
AÇÕES GERENCIAIS	Nota-se que o indicador está em evolução, porém abaixo da meta estabelecida. É fundamental que se mantenha o monitoramento contínuo de todas essas variáveis, principalmente nos quadrimestres imediatamente subsequentes ao último ora evidenciado, e, caso a Despesa Líquida Total com Pessoal siga em evolução sem a devida correspondência na Receita Corrente Líquida, tal fato poderá requerer ações gerenciais no sentido de contingenciamento de despesas com pessoal.															
Responsável pela emissão do relatório:	Raquel A. Lessa de Noronha e Rodrigo Silva da Conceição				Responsável (aprovação e divulgação):	Edilson da Silva Bastos				Data:	15/07/2024					



## RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)

**ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.**

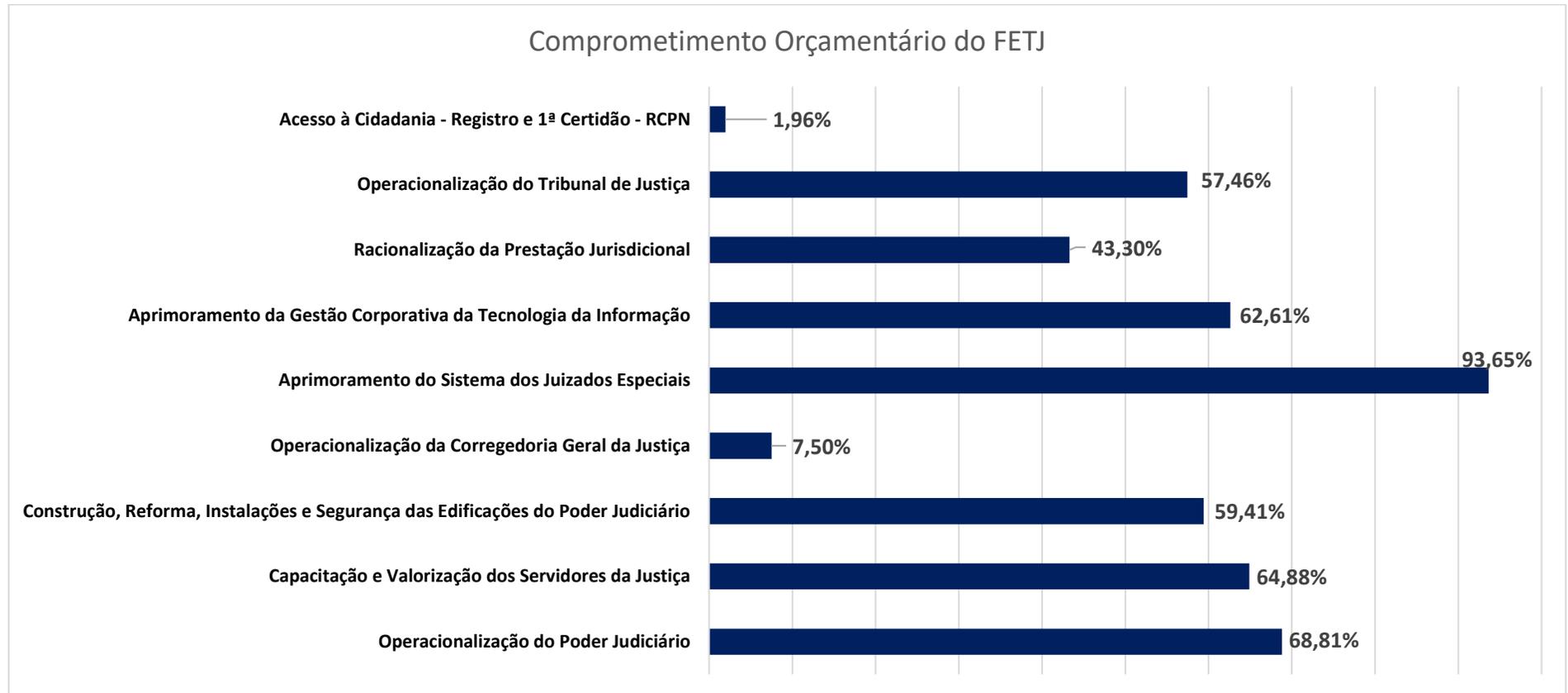
PLANILHA DE INDICADORES															
IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.															
UNIDADE ORGANIZACIONAL	SGPCF/DEFIN	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO		INDICADOR DE PROJETO		INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO		INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE							X
TEMA	EFICIÊNCIA OPERACIONAL				OBJETIVO ESTRATÉGICO										
INDICADOR	INDICADOR DEFIN				PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE										
FINALIDADE	MEDIR EFICIÊNCIA DOS PAGAMENTOS DE FATURAS DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO										CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO				
PERIODICIDADE	MENSAL	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO	X	INDICADOR DE DESEMPENHO						INDICADOR DE EFICIÊNCIA			INDICADOR DE EFETIVIDADE		
FÓRMULA	Quantidade dentro do prazo * 100 / pelo total de registros										SENTIDO DE MELHORIA		MM		
META	85,00 % (oitenta e cinco por cento)							ORIGEM DOS DADOS		RELATÓRIO INDICADOR DEFIN		UNIDADE DE MEDIDA		%	
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	2024	jan-24	fev-24	mar-24	abr-24	mai-24	jun-24	jul-24	ago-24	set-24	out-24	nov-24	dez-24	MÉDIA	
		71,00	99,00	98,00	99,00	96,00	98,00							93,50	
	2025	jan-25	fev-25	mar-25	abr-25	mai-25	jun-25	jul-25	ago-25	set-25	out-25	nov-25	dez-25	MÉDIA	
														0,00	
2026	jan-26	fev-26	mar-26	abr-26	mai-26	jun-26	jul-26	ago-26	set-26	out-26	nov-26	dez-26	MÉDIA		
													0,00		
RESULTADOS NO PERÍODO															
LINHA DE BASE	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 45%;"> <p style="text-align: center; font-size: small;">RESULTADO NO PERÍODO - Período: SEMESTRE Fonte: GRP</p> </div> <div style="width: 50%;"> <p style="text-align: center; font-size: small;">EVOLUÇÃO DE DESEMPENHO</p> </div> </div>														
RESULTADO ATUAL	93,50														
META	85,00														
ANÁLISE CRÍTICA	<p>Podemos observar que no primeiro semestre de 2024, foi atingida a meta de 85,00 % de processos de fatura pagos dentro do prazo com exceção do mês de janeiro/2024. Esclarecemos que o mês de janeiro/2024 não atingiu a meta estabelecida, tendo em vista o recesso forense que encurta os prazos financeiros e contábeis, antecipando o fechamento dos pagamentos, impactando diretamente no resultado do período.</p>														
AÇÕES GERENCIAIS	<p>ATUALIZAÇÃO DAS REGRAS PARA MEDIÇÃO DO SEGUNDO SEMESTRE /2024 CONFORME - IN SEGES/ME 77 de 04/11/2022. CONTAGEM DO PRAZO A PARTIR DA DATA DA LIQUIDAÇÃO. PARAMETRIZAÇÃO DO SISTEMA GRP EM CONFORMIDADE COM A NORMA MENCIONADA.</p>														
Responsável pela emissão do relatório: ADRIANA VAN GEEM AD					I (aprovação e divulgação): RODRIGO FER					Data: 12/07/2024					



## RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

### 9.3 – Indicadores Operacionais

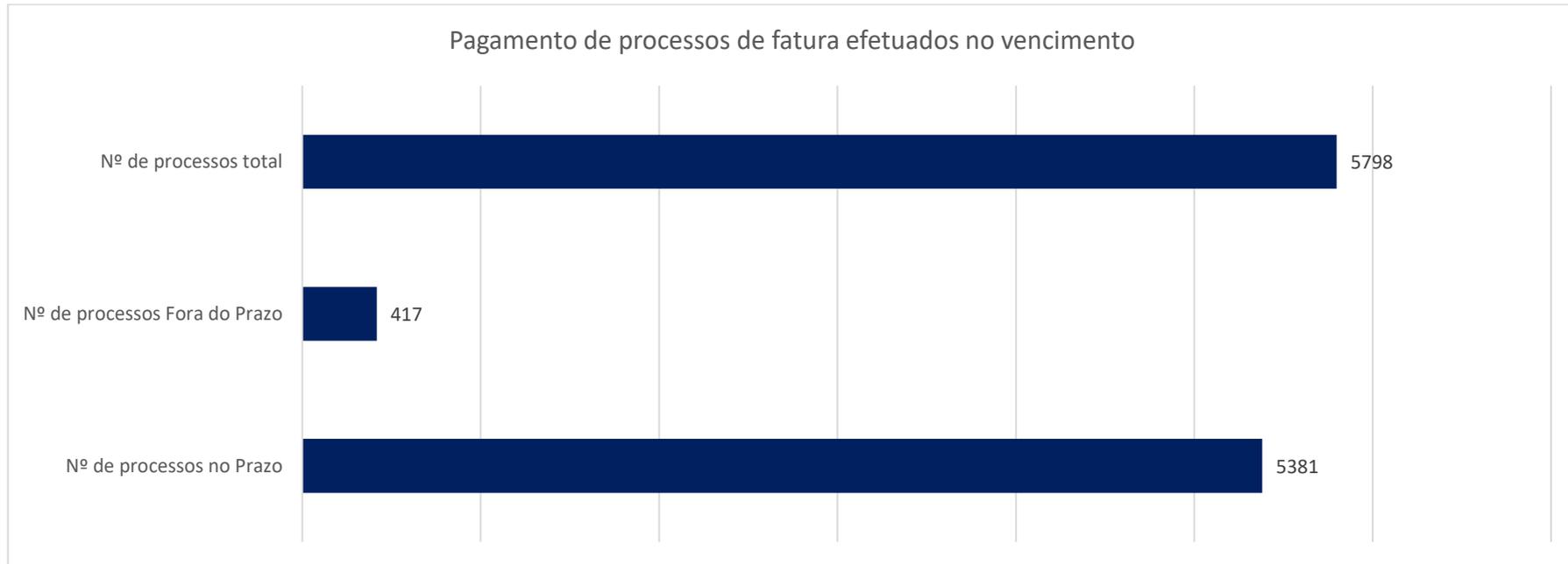


Resultado no período jan. a jun. – 56,61%



**RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)  
SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)**

**ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.**



Resultado no período jan. a jun. – 98%



**RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)  
SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)**

**ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.**

